

Paróquia de N. Sra. da Assunção
Cabo Frio – Curso de Teologia

SAGRADA ESCRITURA I

AULA: 08 – 04 - 15

HISTÓRIA DO CÂNON DO ANTIGO TESTAMENTO

As passagens bíblicas começaram a ser escritas esporadicamente já em tempos remotos; é de notar que a escrita era uma arte rara e cara na antiguidade.

Essas tradições, sobretudo, orais (leis, narrativas, peças litúrgicas) foram sendo acrescidas aos poucos por outros escritos no decorrer dos séculos, sem que os judeus se preocupassem com a catalogação das mesmas. Assim foi-se formando a biblioteca sagrada de Israel.

No século I da era cristã, começaram a aparecer livros cristãos (cartas de S. Paulo, Evangelhos...), que se apresentavam como a continuação dos livros dos judeus. Estes, porém, não tendo aceitado o Cristo, trataram de impedir que se fizesse a aglutinação de livros e escritos cristãos. Por isto, vários rabinos reuniram-se no sínodo de Jâmnia ou Jabnes ao sul da Palestina, por volta do ano 100 d.C., a fim de estabelecer as exigências que deveriam caracterizar os livros sagrados ou inspirados por Deus. Foram estipulados os seguintes critérios:

- 1) o livro sagrado não pode ter sido escrito fora da terra de Israel;
- 2) ... não em língua aramaica ou grega, mas somente em hebraico;
 - 3) ... não depois de Esdras (458-428 a.C.);
 - 4) ... não em contradição com a Tora ou Lei de Moisés.

Em conseqüência, os judeus da Palestina fecharam o seu Cânon sagrado sem reconhecer livros e escritos que não obedeciam a tais critérios. Acontece, porém, que em Alexandria (Egito) havia uma próspera colônia judaica, que, vivendo em terra estrangeira e falando língua estrangeira (o grego), não adotou os critérios nacionalistas estipulados pelos judeus de Jâmnia. Os judeus de Alexandria chegaram a traduzir os livros sagrados hebraicos para o grego entre 250 e 100 a.C., dando assim origem à versão dita “Alexandrina” ou dos “Setenta Intérpretes”. Essa edição grega bíblica encerra livros que os judeus de Jâmnia não aceitaram, mas os de Alexandria liam como Palavra de Deus; assim os livros de Tobias, Judite, Sabedoria, Baruc, Eclesiástico (ou Siracides), ½ Macabeus, além de Ester 10,4-16,24; Daniel 3,24-90; 13-14) denominados deuterocanônicos.

Havia dois cânones entre os judeus no início da era cristã: o restrito da Palestina e o amplo da Alexandria.

Os Apóstolos e Evangelistas, ao escreverem o Novo Testamento em grego, citavam o Antigo Testamento, usando a tradução grega de Alexandria, mesmo quando esta diferia do texto hebraico. O texto grego tornou-se a forma comum entre os cristãos; em consequência, o cânon amplo, incluindo os sete livros e os fragmentos citados, passou para o uso dos cristãos. Verificamos que nos textos do Novo Testamento há citações implícitas dos livros deuterocanônicos. A saber:

Rm 1,19-32→Sb 13, 1-9; Rm 13,1→Sb 6,3; Mt 27,43→Sb 2,13.18; Tg 1,19→Eclo 5, 11; Mt 11,29s→Eclo 51, 23-30; Hb 11, 34s→2Mc6,18-7, 42; Ap 8,2→12,15.

Exemplos:

Mt 1,23 // Is 7,14 (“virgem” x “jovem” – tradução grega, LXX do termo hebraico ‘*almah*’ – donzela)

At 15,16 // Am 9,11 (“suas ruínas” fem. grego da LXX. “suas ruínas” masc. Hebraico)

Prevaleceu na Igreja a consciência de que o cânon do Antigo Testamento deveria ser o de Alexandria, adotado pelos Apóstolos. Sabemos que das 350 citações do Antigo Testamento no Novo Testamento, 300 são tiradas da versão dos Setenta. Em consequência, os Concílios regionais de Hipona (393), Cartago III (397), Cartago IV (419), Trulos (692), definiram sucessivamente o Cânon amplo como sendo o da Igreja. Esta definição foi repetida pelos concílios ecumênicos de Florença (1442), Trento (1546), Vaticano I (1870). Além do mais, nos escritos patrísticos são citados os deuterocanônicos, como Sagrada Escritura. Desde o século IV, a Igreja Católica já havia fechado o seu cânon bíblico. Isso aconteceu no Sínodo de Hipona (393):

“Parece-nos bom que, fora das Escrituras canônicas, nada deva ser lido na Igreja sob o nome 'Divinas Escrituras'. E as Escrituras canônicas são as seguintes: Gênese, Êxodo, Levítico, Números, Deuterônimo, Josué, Juízes, Rute, quatro livros dos Reinos, dois livros dos Paralipômenos, Jó, Saltério de Davi, cinco livros de Salomão, doze livros dos Profetas, Isaías, Jeremias, Daniel, Ezequiel, Tobias, Judite, Ester, dois livros de Esdras e dois [livros] dos Macabeus. E do Novo Testamento: quatro livros dos Evangelhos, um [livro de] Atos dos Apóstolos, treze epístolas de Paulo, uma do mesmo aos Hebreus, duas de Pedro, três de João, uma de Tiago, uma de Judas e o Apocalipse de João. Sobre a confirmação deste cânon se consultará a Igreja do outro lado do mar. É também permitida a leitura das Paixões dos mártires na celebração de seus respectivos aniversários”

(Concílio de Hipona, 08.Out.393).

No século XVI, Martinho Lutero (1483-1546), querendo contestar a Igreja, resolveu adotar o Cânon dos judeus da Palestina, deixando de lado os sete livros e os fragmentos deuterocanônicos que a Igreja, recebera dos judeus de Alexandria. É esta a razão pela qual a Bíblia Protestante tem menos sete livros que a Bíblia dos católicos. Aliás, o próprio Lutero traduziu para o alemão os livros deuterocanônicos; na sua edição alemã de 1534 o catálogo é

o dos católicos. Não foi o Concílio de Trento que os introduziu no cânon. De resto, as Sociedades Bíblicas protestantes até o séc. XIX incluíam tais livros em suas edições da Bíblia.

Lembro também, que os próprios judeus da Palestina estimavam e liam como textos edificantes os livros deuterocanônicos. Os rabinos serviam-se do Eclesiástico até o séc. X como Escritura Sagrada; 1Mc era lido na festa de Encênia, ou da Dedicção do Templo. Baruc era lido em voz alta nas sinagogas do séc. IV d.C

Os critérios adotados pelos judeus de Jâmnia para não reconhecer certos livros como sagrados, foram critérios nacionalistas, tal nacionalismo decorria do fato de que desde 587 a.C os judeus estavam sob o domínio estrangeiro.

É o Espírito Santo quem guia a Igreja de Cristo e fez que cristãos reconhecessem como válido o Cânon amplo. Para os católicos, os livros deuterocanônicos do Antigo Testamento são tão valiosos como os protocanônicos.

Os livros do Antigo Testamento são 46. Costumam ser três categorias: **históricos** (desde Gênesis até 2Mc), **sapienciais ou didáticos** (Jó, Pr, Sl, CT, Ecl, Sb, Eclo) e **proféticos** (Is, Jr, Lm, Br, Ez, Dn e os doze profetas menores).

HISTÓRIA DO TEXTO SAGRADO

- A Escrita Bíblica

Três são as línguas bíblicas

Hebraico – Aramaico – Grego

עברית – ארמית – ελληνικά

O hebraico era escrito sem vogais até o século VII dC. Somente nos séculos VII a X dC, os rabinos judeus fizeram a vocalização do texto hebraico introduzindo as vogais (Texto Massorético)

Os escritores antigos não dividiam o texto sagrado em capítulos e versículos (seção/rolo)

No séc. IV, Eusébio de Cesaréia (+340) dividiu os textos dos Evangelhos em 1162 capítulos.

p. ex.: *Mt 355; Mc 233; Lc 342; Jo 232*

Idade Média, o Arcebispo Estevão Langton, de Cantuária (+1228) distribuiu os textos do AT e NT em capítulos.

A divisão dos capítulos em versículos, como atualmente temos, data do século XVI. Santes Pagnino de Lucca (+1541) fez o AT e NT. Em 1551, Roberto Estevão, tipógrafo francês, refez a distribuição do NT.

Os textos da Bíblia foram escritos em material frágil (pergaminho ou papiro); por isso, os originais se perderam ou não se conservaram; mas o que se tinha eram cópias dos originais.

Os LXX

A Bíblia grega dos Setenta (LXX), destinada aos judeus da Dispersão, foi traduzida do hebraico para o grego, em Alexandria, por volta do ano 200 a.C. Bem anterior ao Texto Massorético, se conservou até nosso tempo, a versão Grega das Escrituras Hebraicas conhecida como Septuaginta ou Versão dos Setenta (LXX).

Vertida, aproximadamente no séc. III a.C. para o grego a partir dos mais antigos manuscritos hebraicos (hoje não mais disponíveis), o valor histórico da Septuaginta é inestimável e de profunda importância para a identificação do Cânon Bíblico Cristão.

Ptolomeu II Filadelfo (287-247 a.C.), rei do Egito, encomendou especialmente para sua Biblioteca em Alexandria, uma tradução grega das escrituras sagradas dos judeus. Esta foi a primeira tradução feita dos livros hebraicos para uma outra língua. A tradução do hebraico para o grego, segundo a tradição, foi feita por 72 escribas durante 72 dias, por isso possui o nome Septuaginta que significa “Tradução dos Setenta”.

Enviou representantes (entre os quais Aristéias) a Jerusalém e pediu a Eliazar (o Sumo Sacerdote dos judeus) para que fornecesse uma cópia da Lei e judeus capazes de traduzi-la para o grego. A embaixada obteve sucesso: uma cópia da Lei ricamente ornamentada foi enviada para o Egito, acompanhada por 72 peritos no hebraico e no grego (seis de cada Tribo para atender o desejo do rei.

Ao final de 72 dias, a tarefa estava concluída. A tradução foi lida na presença de sacerdotes judeus, príncipes e povo, reunidos em Alexandria; a tradução foi reconhecida por todos e declarada em perfeita conformidade com o original hebraico. O rei ficou profundamente satisfeito com a obra e a depositou na sua biblioteca.

A Vulgata

São Jerônimo (347-420), chamado de “Doutor Bíblico”, fez a revisão da versão latina da Bíblia (Vulgata), em Belém, a pedido do Papa São Dâmaso (366-384). Esta versão foi tomada como referência pelo Concílio de Trento (1545-1563).

No século XX, com manuscritos hebraicos e gregos descobertos, sobretudo nas grutas de Qumran na Palestina, perto do Mar Morto, em 1947, a Vulgata recebeu uma revisão profunda; surgindo assim a “Nova Vulgata”, após o Concílio Vaticano II, em 1979, e revisada em 1986.

INTERPRETAÇÃO DO TEXTO

Diante de um livro Humano e Divino

- Humano – passou pela mente humana dos judeus e gregos
- Divino – apresenta uma mensagem teológica o texto

Três critérios para a interpretação:

1. Contexto e à unidade de toda a Escritura – o conjunto da mensagem
2. Considerar a Tradição viva de toda a Igreja
3. Considerar a analogia da fé (Rm 12,6) é o conjunto das verdades da fé. Magistério da Igreja.

SENTIDO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Sentido literal – É o sentido significado pelas palavras da Escritura e descoberto pela exegese que segue as regras da correta interpretação. Gn 1,1 – 2,3
2. Sentido espiritual – Alegórico, Moral e Anagógico

O sentido alegórico: Podemos adquirir uma compreensão mais profunda dos acontecimentos reconhecendo a significação deles em Cristo

O sentido moral: Os acontecimentos relatados na Escritura devem conduzir-nos a um justo agir. Eles foram escritos "para nossa instrução" (1Cor 10,11)

O sentido anagógico: Podemos ver realidades e acontecimentos em sua significação eterna, conduzindo-nos (em grego: "anagagé"; pronuncie "anagogue") à nossa Pátria. Assim, a Igreja na terra é sinal da Jerusalém celeste

3. Sentido Pleno – relação NT e AT.

Um dístico medieval resume a significação dos quatro sentidos:

Littera gesta docet, quid credas allegoria,

moralis quid agas, quo tendas anagogia

A letra ensina o que aconteceu; a alegoria, o que debes crer;

a moral, o que debes fazer; a anagogia, para onde debes caminhar.

Um dos aspectos do sentido espiritual:

TIPO – Sentido Típico (são tipos de realidades futuras)

- Primeiro Adão // Segundo (Cristo) Rm 5,14
- Melquisedec // Cristo (Hb 7,1ss)
- Cordeiro Pascal

ACOMODAÇÃO – semelhança entre o sujeito bíblico e o não-bíblico (Jeremias desolado // cristão perseguido)